

POR LETRAS DE PORTUGAL E CASTELA

Domingos Monteiro, *Terra Imortal*, in *Histórias Castelhanas*, 1961.

Paulo Ferreira da Cunha¹

Resumo:

Provavelmente os intelectuais não totalmente desenraizados sempre se perguntarão pelo que constitui a alma, o ser, o génio dos seus países, e mesmo regiões. Alguns, mais cosmopolitas, o que não quer dizer que sejam mais universalistas (porque universalismo e preocupação pátria e até regional não são incompatíveis – trata-se de círculos concêntricos), contrariarão essas questões de *ethos*.

Seja como for, também na Literatura se refletem as indagações idiosincráticas nacionais. E mais interessantes ainda se tornam os escritos que, sem preconceitos, sem imperialismos e colonialismos, procuram perscrutar a forma de ser dos outros, nomeadamente dos vizinhos, sempre tão próximos e tão distantes ao mesmo tempo. A presente nota, em tempo de crise identitária europeia, recorda um livro de um romancista português que efabulou ficcionalmente em demanda do ser dos vizinhos castelhanos. Centrando-se no seu primeiro conto, *Terra Imortal*.

Palavras-chave:

Ethos nacional, conto filosófico, Portugal, Castela, Dignidade, Morte.

Abstract:

Intellectuals that are not completely uprooted will probably always ask themselves what constitutes the soul, the being, the genius of their countries, and even regions. Some, more cosmopolitan, which does not mean that they are more universalist (because universalism and national and even regional concern are not incompatible – these are concentric circles), will contradict these questions of *ethos*.

In any case, idiosyncratic national inquiries are also reflected in Literature. And even more interesting are the writings that, without prejudice, without imperialism and colonialism, seek to examine the way of being of others, particularly neighbors, always so close and so distant at the same time. This note, in a time of European identity crisis, recalls a book by a Portuguese novelist who fictionally created a quest for the being of his Castilian neighbors. Focusing on the book's first short story, *Terra Immortal*.

Keywords:

National *ethos*, philosophical tale, Portugal, Castile, Dignity, Death.

¹ Juiz Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça (Portugal). Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade do Porto (em licença).

I

Filosofia e Conto

No nosso quadrante cultural, estamos habituados a considerar a existência de contos filosóficos, em geral (ou principalmente) desde Voltaire. O *Cândido*, *Zadig*, *Micromégas*, *O Ingénuo*, são claramente os padrões desse (sub)gênero literário, que logo teve repercussão, por exemplo, no *Suplemento à Viagem de Bougainville*, de Diderot. No Reino Unido, como não recordar *As Viagens de Gulliver*, de Jonathan Swift? Mais perto de nós, assinalam-se por vezes neste grupo obras como *O Príncipezinho*, de Saint-Exupéry, *O Barão Trepador*, de Italo Calvino, *A Montanha Mágica*, de Thomas Mann, *A Náusea*, de Jean-Paul Sartre, etc. Mas há autores que têm uma acentuada vocação filosófica, e confessamos que temos dificuldade em não qualificar boa parte da sua obra como pertencendo a essa categoria. Qual dos textos de ficção (incluindo o teatro) de um Albert Camus que não tem traços filosóficos marcantes. E recuemos: o que dizer da obra de Shakespeare? Sentimo-nos um pouco numa encruzilhada semelhante à que experimentamos quanto à qualificação de obras literárias como de filosofia jurídica implícita. Quando o tema é Justiça, rara é a obra literária ou cinematográfica que não se inscreva num pano de fundo de um pensamento (ou uma filosofia) sobre o Direito. Alargando o âmbito, pode-se cair num poço sem fundo, em que as divisões se tornam menos prestáveis.

Não nos compete a discussão teórica sobre a consistência e extensão da divisão, própria da teoria literária, naturalmente complexa e atreita à natural pulverização de opiniões das autoridades.

Apenas alguns problemas se nos deparam imediatamente: por exemplo, que ligações estabelecer com a literatura edificante, moralista, sobretudo no passado, e, hoje, com a de autoajuda? Mais ainda, como classificar obras de clara intervenção política, em que um fundo ideológico se deixa transparecer com clareza? E ainda, quais as relações do conto filosófico com essas constituições políticas romanceadas que são as utopias políticas, tanto as amigáveis (eutopias) como as insuportáveis (distopias)?

Tal como ocorre em vários domínios do saber e da sua classificação, parece ser aqui também útil proceder a algumas distinções. Uma coisa será uma obra *de alto a baixo* filosófica sob a forma de conto (conto filosófico, pois) e outra a presença de elementos filosóficos (normalmente sob a forma de pensamentos, aforismos, mais ou menos extensos excursos especulativos) presentes na trama da ficção. A estes

poderemos chamar traços filosóficos ou filosofemas, aos quais só uma narrativa ou um diálogo muito depurado de voos mais altos poderá, certamente, escapar.

Pode obviamente ainda considerar-se uma obra de tal forma estruturada que não afirme nenhuma tese filosófica de forma explícita, mas contenha, até com enorme evidência, elementos filosóficos. Por exemplo, uma peça de teatro com uma trama de tal maneira interpelante, que obrigue a uma reflexão filosófica mais que veicule uma específica teoria.

Seria empobrecedor considerar que o estudo das ideias filosóficas de um autor literário se deveria limitar às tiradas ou apartes que foi semeando, por vezes se diria involuntariamente (ou fingindo que assim procedeu), ao longo da sua obra ficcional ou poética... A própria integralidade de uma composição deve submeter-se à análise nesta perspetiva, precisamente porque é (ou pelo menos poderá ser) como que filosofia em ato ou em ação.

De qualquer forma, nesse pano de fundo da integralidade de uma obra podem desenhar-se elementos (filosofemas) de uma filosofia explícita, que seria interessante fazer vir à luz do dia, de forma sistemática, em muitos autores.

Com o nosso inveterado hábito de ler até ficção de lápis em punho, anotando, e usando a já divulgada técnica do sublinhado (cf. o nosso “Sublinhar é preciso”, in *As Artes entre as Letras*, n.º 302, 10 de novembro de 2021), demos connosco a dissecar com este bisturi filosófico um livro que por acaso connosco se chocou, numa recente arrumação de estantes.

II

Um Conto de Domingos Monteiro

Trata-se de *Histórias Castelhanas*, de Domingos Monteiro². O autor, depois de uma carreira brilhante de advogado (aliás formado com 18 valores na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e um dos melhores do seu curso), decidiu dedicar-se inteiramente às Letras, que cultivou com muito brilho.

² MONTEIRO, Domingos – *Histórias Castelhanas*, ed. de Lisboa, Verbo, 1971.

Nesta coleção de contos, em torno da alma, do *ethos* ou do modo-de-ser castelhano (não espanhol, mas castelhano) se podem encontrar muitos filosofemas de vária ordem. Limitar-nos-emos a um punhado deles, do primeiro conto, *Terra Imortal*.

Saltamos o prefácio do autor, que seria aliás interessante analisar à parte, por nos remeter nomeadamente para a motivação da escolha do tema, e para o tema em si, que hoje ganharia outros contornos, visto com novas luzes. Desde logo, o que será isso de se ser castelhano, espanhol, ou português? Mas tal não daria um artigo, nem sequer um só livro...

Num empreendimento como este, compreende-se que os vários contos salientem aspetos sucessivos e alguns recorrentes do que seja a imagem (ou a “perceção”) que o português autor foi criando de Castela (designadamente do que o próprio autor chama, no Prefácio, a sua “psicologia”), desde que a camponesa contadora de histórias Maria Tecedeira, a fiar interminavelmente a sua roca, lhe falara por vez primeira dos castelhanos. Conhecimento que se aperfeiçoou com leituras, viagens, cada vez mais detidas, e mesmo o contributo salientado de dois espanhóis não castelhanos que foram grandes intérpretes desse *ser castelhano*: Miguel de Unamuno e António Machado.

No primeiro conto do livro podemos encontrar uma grande tese filosófica sobre os castelhanos. Se Albert Camus dizia que o grande tema filosófico é o do suicídio (nomeadamente no seu *Mito de Sísifo*), neste caso diríamos que o grande tema é o desassombro perante a morte. Uma filosofia da morte é o primeiro e grandioso traço do castelhano. Noutros contos se falará, por exemplo, de outros grandes temas, como o amor e a mulher, o pecado e o remorso, a fidalguia, a boémia e a honra, o crime e o castigo. Estes os temas principais da mensagem filosófica do conjunto de cada conto. Depois, descendo ao concreto, vão ressaltando, ao longo do texto, os tais filosofemas pontuais, que podem ou não conexionar-se com cada respetivo grande tema do conto em que se inserem.

No caso do primeiro conto, *Terra Imortal*, talvez a imortalidade não seja apenas da terra, ou da paisagem, da “majestosa serenidade” do planalto (p.43), mas dos seus habitantes, dos figurantes que nesse tablado atuam. Uma “imortalidade” *sui generis*, que parece desdramatizar a morte, não a banalizando, mas naturalizando-a, porque enquadrando-a numa fatalidade inexorável. Os protagonistas assistem, escondidos, a fuzilamentos, mas os que vão morrer comportam-se com uma quase chocante e altiva dignidade:

“E o que mais impressionava era o tom natural em que a conversa prosseguia. Nem um grito, nem um impropério, nem uma ameaça, nem uma súplica. Nada. Aqueles homens falavam uns com os outros, não como quem vai matar e morrer, mas como quem combina um piquenique ou uma partida de caça.” (p. 49).

Esse pairar por sobre o que é considerado maior medo da Humanidade, a morte, tem também consequências na interação entre quem vai matar e quem vai morrer (será que se poderá ver assim, a esta luz, toda a guerra civil? Temos muitas dúvidas... Mas note-se que ela não foi só questão de castelhanos):

“E nenhum ódio os separava. Pelo contrário; uma espécie de fraternidade cósmica unia-os para além da Vida e da Morte. Debaixo das fardas ou dos fatos à paisana batia o mesmo coração de camponeses do planalto, e cada um deles, dominado por uma fatalidade invencível, conformava-se com ela e aceitava a sua parte do Destino, humilde e orgulhosamente” (p. 49).

Não por acaso, Domingos Monteiro vai buscar para epígrafe deste seu conto estes fortíssimos versos de Antonio Machado:

“¡Castilla varonil, adusta tierra,
Castilla del desdén contra la suerte,
Castilla del dolor y de la guerra,
tierra inmortal, Castilla de la muerte!”.

E, como se vê, será um passo do último verso que dará título ao conto.

Morte e Fatalismo, grandes linhas de uma mundividência, em que o castelhano tem uma aprofundada consciência da sua finitude, a consciência da consciência da morte (p. 32).

O padre Cipriano, companheiro de viagem do autor, sintetiza, filtrando a análise com um testemunho de um castelhano também, uma autognose: “Mas creia, senhor, só um castelhano é capaz de matar e morrer com este orgulhoso desdém e esta terrível indiferença...” (p. 51). Uma tal visão da morte, e em especial da morte violenta numa

guerra (e, no caso, redobradamente, no ritual tanático de um fuzilamento), é uma vantagem de tomo. A isso se acrescentará uma elevação de alma, um ânimo polarizador de forças, e que pode mesmo vencer conveniências, prudência e até juramentos. O padre não deixará de acorrer a esse chamamento, para mais vindo de um pedido da irmã para que acompanhasse o cunhado num episódio de contrabando: “(...) esse gosto de aventura que se transmite pelo sangue e que, às vezes, é superior a tudo” (p. 41).

Sabemos bem que, nos dias de hoje, falar de um *ethos* castelhano, como de outro, ligado a uma pertença qualquer que seja, nacional, étnica, linguística, regional, etc., etc., tem muitos contraditores. Vitorino Nemésio, por exemplo, suscitaria na altura importante discussão sobre a *açoreanidade*. Do mesmo modo vejam-se as polémicas sobre a *francophonie* e a lusofonia... Por vezes com tantos mal-entendidos.

Na verdade, é uma questão complicadíssima, e, embora não seja por simples facilidade que a recusa dessa teorização se faz, seria realmente mais simples não a fazer. O problema é que há quem nessas divisões creia, e mesmo que elas não tenham base científica, a crença nelas faz como se existissem, sendo a convicção também um facto, como sublinhou, *mutatis mutandis*, com muita propriedade, o antigo Ministro das Relações Exteriores do Brasil Celso Lafer.

Curiosamente, sem se referir a estas questões, que são mais nossas que do livro, o conto em questão não deixa de aludir a esses problemas, a que chamaríamos de *questão da teorização e questão do preconceito*.

Ao Padre castelhano repugna a teorização, que considera quase sempre jactância e falta de humildade. Mas admite que por vezes possa ser necessária (p. 32). E é depois de se confessar quase ou de certa forma sem preconceitos que teoriza a utilidade de alguns os possuírem (p.38). Do mesmo modo que, como disse alguém, a hipocrisia pode ser útil à virtude (veja-se a *Fábulas das Abelhas*), por dar bons exemplos, ou que a vaidade pode engendrar bons feitos e boas ações (como se depreende de Matias Aires), assim também pode ser útil que haja preconceitos. E o clérigo desenvolverá então a sua teoria:

“Simplesmente, para mim, os homens dividem-se em duas classes: os vertebrados, que têm uma estrutura interior, e os crustáceos, que, não a tendo, precisam de a simular. É para estes, ao número dos quais suponho não pertencer, que os preconceitos

são necessários não havendo mais nada – como dizia o outro – que haja, ao menos, preconceitos...” (p.38).

Não sabemos se o outro não seria Goethe, nomeadamente naquele passo em que diz:

“Wer Wissenschaft und Kunst besitzt,
Hat auch Religion;
Wer jene beiden nicht besitzt,
Der habe Religion.”.

Pode ser que sim, pode ser que não...

Não nos parece que o padre seja muito explícito sobre a qual dos grupos os castelhanos pertenceriam. Provavelmente a ambos, uns a um grupo, outros a outro?

Ao ler esta divisão, não podemos deixar de recordar a obra de Ortega y Gasset *España Invertebrada*, de 1921, que é um dos pilares da sempre renovada questão da “preocupación por España”, tão cara a altos expoentes da intelectualidade do país vizinho.

Num prefácio a uma outra edição desta obra, sintetizou em Prefácio João Bigotte Chorão: “As *Histórias Castelhanas* constituem uma obra ímpar na história literária do seu autor e, também, na história da novelística portuguesa”. Além de uma leitura fluida e de excelente ritmo, encontram-se nela pérolas de reflexão, que podemos considerar, justamente, filosófica.

Recebido para publicação em 27-01-25; aceito em 27-02-25